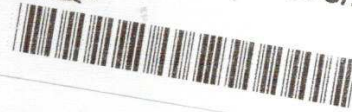


JUCESP
28 09 22



JUCESP PROTOCOLO
2.293.978/22-9



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
— SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL —**

ALC MORAES COMERCIAL LTDA.

CNPJ/MF nº 46.339.373/0001-92

NIRE nº 3523909406-8

ANDRE LUIS COUTINHO MORAES, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário e maior, nascido em 19/06/1973, na cidade de Pirassununga-SP., portador da CI/RG/SSP(SP) nº 24.235.776-3, expedida em 09/03/1989 e do CPF/MF nº 187.819.558-12, residente e domiciliado na Rua São Marcos, nº 767, centro, na cidade de Estiva Gerbi-SP., CEP nº 13.857-000,

sócio único da sociedade limitada unipessoal, que gira sob a firma de **ALC MORAES COMERCIAL LTDA.**, com sede na Rua Treze de Maio nº 514, centro, na cidade de Mogi Mirim-SP., CEP nº 13.800-051, com instrumento constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) NIRE nº 3523909406-8, em sessão de 10/05/2022, com o CNPJ/MF nº 46.339.373/0001-92 e inscrição estadual nº 456.238.799.110, pelo presente instrumento particular, resolve, por este e na melhor forma de direito, alterar e consolidar o referido instrumento constitutivo da sociedade, mediante os seguintes itens abaixo estipulados, a saber:-

- 1 – O objetivo social, fica alterado para comércio de medicamentos e drogas de uso veterinário, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, partes e peças, artigos médicos e ortopédicos, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, suas partes, peças e similares, artigos, produtos e alimentos para animais de estimação, animais vivos, artigos do vestuário, roupas, seus acessórios e complementos, inclusive para uso profissional e de segurança do trabalho, cosméticos, produtos de perfumaria, higiene pessoal, limpeza e conservação domiciliar, produtos saneantes domissanitários e congêneres, artigos de escritório e papelaria, brinquedos, bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos, móveis e artigos de viagem, colchoaria, tapeçaria, cortinas e persianas, artigos de cama, mesa e banho, materiais de construção e elétricos em geral, madeira e artefatos, ferragens e ferramentas, equipamentos elétricos e artigos de uso pessoal e doméstico, componentes eletrônicos, microchips, circuitos integridos, máquinas, equipamentos e suprimentos para informática, equipamentos de telefonia e comunicação, matérias primas agrícolas, aparelhos, máquinas e



JUCESP
28 09 20

equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, hortifrutigranjeiros, máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças, bombas e compressores, partes e peças, embalagens de qualquer material, produtos e mercadorias em geral com e sem predominância de produtos alimentícios, eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, peças e acessórios novos para veículos automotores, construção e pintura de edifícios, obras de urbanização, administração de obras, instalações hidráulicas, sanitárias e gás, transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos, em loja física e/ou virtual pela internet e-commerce.

- 2 – O sócio único resolve consolidar o instrumento constitutivo da sociedade, permanecendo em vigor todas as suas demais cláusulas e disposições não afetadas pelo presente instrumento, que passa a vigorar com a redação adiante consolidadas, firmando para tanto, em ato contínuo, o Instrumento Particular de Constituição de Sociedade Limitada Unipessoal.

CONSOLIDAÇÃO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO
— **SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL** —

ALC MORAES COMERCIAL LTDA.
CNPJ/MF nº 46.339.373/0001-92
NIRE nº 3523909406-8

ANDRE LUIS COUTINHO MORAES, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário e maior, nascido em 19/06/1973, na cidade de Pirassununga-SP., portador da CI/RG/SSP(SP) nº 24.235.776-3, expedida em 09/03/1989 e do CPF/MF nº 187.819.558-12, residente e domiciliado na Rua São Marcos, nº 767, centro, na cidade de Estiva Gerbi-SP., CEP nº 13.857-000, constitui uma Sociedade Limitada Unipessoal, nos termos da legislação aplicável, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:-

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA I

A sociedade constituída de forma de sociedade limitada unipessoal, adotará a denominação social de **ALC MORAES COMERCIAL LTDA.**, que será regida por este instrumento de constituição.



JUCESP
28 09 22

CLAUSULA II

A sociedade terá sua sede e domicílio na Rua Treze de Maio nº 514, centro, na cidade de Mogi Mirim-SP., CEP nº 13.800-051.

Parágrafo Único

A empresa poderá a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante alteração contratual.

CLÁUSULA III

A sociedade tem por objeto social a exploração do ramo de atividade de comércio de medicamentos e drogas de uso veterinário, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, partes e peças, artigos médicos e ortopédicos, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, suas partes, peças e similares, artigos, produtos e alimentos para animais de estimação, animais vivos, artigos do vestuário, roupas, seus acessórios e complementos, inclusive para uso profissional e de segurança do trabalho, cosméticos, produtos de perfumaria, higiene pessoal, limpeza e conservação domiciliar, produtos saneantes domissanitários e congêneres, artigos de escritório e papelaria, brinquedos, bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos, móveis e artigos de viagem, colchoaria, tapeçaria, cortinas e persianas, artigos de cama, mesa e banho, materiais de construção e elétricos em geral, madeira e artefatos, ferragens e ferramentas, equipamentos elétricos e artigos de uso pessoal e doméstico, componentes eletrônicos, microchips, circuitos integrados, máquinas, equipamentos e suprimentos para informática, equipamentos de telefonia e comunicação, matérias primas agrícolas, aparelhos, máquinas e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, hortifrutigranjeiros, máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças, bombas e compressores, partes e peças, embalagens de qualquer material, produtos e mercadorias em geral com e sem predominância de produtos alimentícios, eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, peças e acessórios novos para veículos automotores, construção e pintura de edifícios, obras de urbanização, administração de obras, instalações hidráulicas, sanitárias e gás, transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos, em loja física e/ou virtual pela internet e-commerce.

CLÁUSULA IV

A sociedade iniciou suas atividades em 02/05/2022, e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL, QUOTAS DO CAPITAL E INTEGRALIZAÇÃO

CLÁUSULA V

O capital social é da importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e



DUTESP
28 09 22

integralizadas em moeda corrente nacional pelo sócio único neste ato, ficando assim distribuídas, a saber:-

Sócio Único	Nº Quotas	Valor R\$	Part. %
Andre Luis Coutinho Moraes	20.000	20.000,00	100
Total:-	20.000	20.000,00	100

Parágrafo Único – A responsabilidade do sócio único é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social, que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima. Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

DA ADMINISTRAÇÃO E PODERES DO SÓCIO

CLÁUSULA VI

A administração da sociedade limitada unipessoal caberá ao sócio único **ANDRE LUIS COUTINHO MORAES**, qualificado no preâmbulo deste instrumento, para o que está dispensado da prestação de caução.

Parágrafo 1º

Ao administrador da sociedade compete o uso da firma e a representação da sociedade, podendo para tanto realizar **individualmente** todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, receber citação, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, representar a sociedade perante terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Caixas Econômicas e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes específicos.

Parágrafo 2º

Faculta-se ao sócio único nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.



DUCEAP
28 09 22

CLÁUSULA VII

A título de pró-labore, o sócio único da sociedade *ANDRE LUIS COUTINHO MORAES*, no exercício da administração da sociedade, terá direito a uma retirada mensal e dentro dos limites estabelecidos pela legislação pertinente.

DA DELIBERAÇÃO SOCIAL

CLÁUSULA VIII

Em suas deliberações, o sócio único administrador adotará preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do artigo 1.072, do Código Civil.

DO BALANÇO PATRIMONIAL, APURAÇÃO DO RESULTADO E PARTICIPAÇÃO

CLÁUSULA IX

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio único, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo 1º

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, o sócio único deliberará sobre as contas e designará administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo 2º

Fica a sociedade limitada unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do sócio único, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

DO FALECIMENTO OU INCAPACIDADE SUPERVENIENTE DO SÓCIO

CLÁUSULA X

Falecendo ou interditado o sócio único da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim.

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA XI

A sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da sociedade, o patrimô-



JUCESP
28 09 22

nio remanescente sera integralmente incorporado ao patrimônio do sócio único. A sociedade também se dissolverá de acordo com o Artigo nº 1.033, do novo Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406, de 10/01/2002.

DO DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA XII

O administrador sócio único **ANDRE LUIS COUTINHO MORAES**, declara sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processado, nem condenado em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade.

DO FORO

CLÁUSULA XIII

Fica eleito o foro da cidade e Comarca de Mogi Mirim-SP., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente deste contrato, com exclusão de qualquer outro, seja qual for ou vier a ser o futuro domicílio do sócio único.

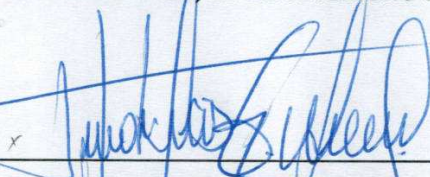
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA XIV

O sócio único declara sob as penas da Lei, que a empresa se enquadra na condição de Microempresa, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Por ser verdade, assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

MOGI MIRIM-SP., 21 DE SETEMBRO DE 2.022



ANDRE LUIS COUTINHO MORAES





ALC MORAES COMERCIAL LTDA

CNPJ 46.339.373/0001-92

NIRE 35239094068

INSTRUMENTO DA 2ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL, EM 03/10/2025.

O abaixo-assinado:

ANDRÉ LUIS COUTINHO MORAES, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em 19/06/1973, empresário, RG nº 24.235.776-3 SSP/SP e CPF/MF nº 187.819.558-12, com endereço em Estiva Gerbi, SP, na Rua São Marcos, nº 767, Centro, CEP 13857-000.

Único sócio componente da **sociedade empresária limitada** com sede em Mogi Mirim, SP, na Rua Treze de Maio, nº 514, Centro, CEP 13800-051, denominada **ALC MORAES COMERCIAL LTDA**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) com o **NIRE 35239094068** e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 46.339.373/0001-92, doravante designada simplesmente "**Sociedade**".

Resolve proceder a **2ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**, nos termos seguintes:

I – ALTERAÇÃO DE OBJETO SOCIAL

1. O sócio decide alterar o objeto social para comércio de medicamentos e drogas de uso veterinário, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, partes e peças, artigos médicos e ortopédicos, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, suas partes, peças e similares, produtos e alimentos para animais de estimação, animais vivos, artigos do vestuário, roupas, seus acessórios e complementos, inclusive para uso profissional e de segurança do trabalho, cosméticos, produtos de perfumaria, higiene pessoal, limpeza e conservação domiciliar, produtos saneantes domissanitários e congêneres, artigos de escritório e papelaria, brinquedos, bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos, móveis e artigos de viagem, colchoaria, tapeçaria, cortinas e persianas, artigos de cama, mesa e banho, materiais de construção e elétricos em geral, madeira e artefatos, ferragens e ferramentas, equipamentos elétricos e artigos de uso pessoal e doméstico, componentes eletrônicos, microchips, circuitos integrados, máquinas, equipamentos e suprimentos para informática, equipamentos de telefonia e comunicação, matérias primas agrícolas, aparelhos, máquinas e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, hortifrutigranjeiros, máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças, bombas e compressores, partes e peças, embalagens de qualquer material, produtos e mercadorias em geral com e sem predominância de produtos alimentícios, eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, peças e acessórios novos para veículos automotores, em loja física e/ou virtual pela internet e-commerce.

II – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2. Por fim, o sócio resolve **consolidar o Contrato Social**, de forma a refletir todas as alterações ocorridas, sendo certo que, por decisão unânime, ele passa a vigorar com a seguinte redação:

ALC MORAES COMERCIAL LTDA

CNPJ 46.339.373/0001-92

NIRE 35239094068



Capítulo I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

CLÁUSULA 1ª – A Sociedade girará sob a denominação de **ALC MORAES COMERCIAL LTDA** e regular-se-á pelas cláusulas e condições deste Contrato Social, pelo Código Civil Brasileiro e, supletivamente, pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas.

CLÁUSULA 2ª – A Sociedade tem sua sede e foro jurídico na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na Rua Treze de Maio, nº 514, Centro, CEP 13800-051.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá, a qualquer tempo, mediante alteração contratual ou por simples deliberação dos administradores, abrir ou fechar filial ou outra dependência, neste e em outros Estados da Federação, bem como no Exterior.

CLÁUSULA 3ª – A Sociedade tem por objeto: comércio de medicamentos e drogas de uso veterinário, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, partes e peças, artigos médicos e ortopédicos, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, suas partes, peças e similares, produtos e alimentos para animais de estimação, animais vivos, artigos do vestuário, roupas, seus acessórios e complementos, inclusive para uso profissional e de segurança do trabalho, cosméticos, produtos de perfumaria, higiene pessoal, limpeza e conservação domiciliar, produtos saneantes domissanitários e congêneres, artigos de escritório e papelaria, brinquedos, bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos, móveis e artigos de viagem, colchoaria, tapeçaria, cortinas e persianas, artigos de cama, mesa e banho, materiais de construção e elétricos em geral, madeira e artefatos, ferragens e ferramentas, equipamentos elétricos e artigos de uso pessoal e doméstico, componentes eletrônicos, microchips, circuitos integrados, máquinas, equipamentos e suprimentos para informática, equipamentos de telefonia e comunicação, matérias primas agrícolas, aparelhos, máquinas e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, hortifrutigranjeiros, máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças, bombas e compressores, partes e peças, embalagens de qualquer material, produtos e mercadorias em geral com e sem predominância de produtos alimentícios, eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, peças e acessórios novos para veículos automotores, em loja física e/ou virtual pela internet e-commerce.

Parágrafo Único – A Sociedade poderá ainda, participar de outras sociedades e realizar importação e exportação de bens e produtos relacionados com o seu objeto social.

CLÁUSULA 4ª – A duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

Capítulo II CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5ª – O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), divididos em 20.000 quotas de R\$ 1,00 cada uma, todas do único sócio **ANDRÉ LUIS COUTINHO MORAES**.

Parágrafo Único: A Sociedade permanecerá com um único sócio nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1.052 do Código Civil, conforme redação conferida pela Lei 13.874/2019.

Capítulo III DA ADMINISTRAÇÃO



CLÁUSULA 6ª: A administração da Sociedade caberá ao sócio **ANDRÉ LUIS COUTINHO MORAES**, qualificado acima.

CLÁUSULA 7ª: O administrador acima administrará isoladamente a Sociedade com o mais amplo poder, competindo-lhe, sem prejuízo de outras funções legais, o seguinte: **(a)** representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante Terceiros e Repartições Públicas em geral, estando autorizado a usar a denominação social; **(b)** adquirir e alienar bens imóveis; **(c)** gravar com hipoteca bens imóveis; **(d)** realizar todas as alterações, praticar todos os atos da administração da Sociedade, podendo, para isso: arrendar, adquirir, alienar bens e veículos; demandar, transigir, fazer acordos, outorgar procurações em nome da Sociedade; celebrar contratos em geral; contrair obrigações; nomear, contratar, promover e demitir funcionários, fixando-lhes remuneração e atribuições; dar quitações, contrair empréstimos, sacar e aceitar duplicatas de faturas, sacar e aceitar títulos cambiários da Sociedade; fazer depósitos bancários, endossar, descontar e emitir cheques; assinar contratos de caução e de créditos em geral junto aos bancos, inclusive descontos; praticar, enfim, todos os atos e realizar todas as operações de administração para o bom andamento dos negócios da Sociedade.

CLÁUSULA 8ª: Os Diretores distribuirão entre si, de comum acordo, suas funções na administração da Sociedade.

CLÁUSULA 9ª: Os Diretores, quando no efetivo exercício de sua função, receberão um valor mensal, a título de "pró-labore", que será fixado de comum acordo pelos sócios-quotistas.

CLÁUSULA 10 - É vedado a qualquer dos Diretores, mesmo em nome pessoal, prestar avais, fianças, endossos de favor e outras responsabilidades afins que não do interesse da Sociedade.

Capítulo IV

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

CLÁUSULA 11 - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedida a elaboração do inventário dos bens da Sociedade, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que deverão estar concluídos até 30 (trinta) dias antes da data da realização da reunião ordinária dos Sócios, a realizar-se até 30 de abril do ano seguinte.

Parágrafo Primeiro: Caberão aos Sócios, na proporção de suas quotas, o lucro ou perda apurado. Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão distribuídos ou aplicados na forma deliberada na reunião ordinária dos Sócios, com base em proposta apresentada pela Administração.

Parágrafo Segundo: A Sociedade poderá, a critério da Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais, observadas as prescrições legais, e os sócios poderão deliberar sobre a distribuição antecipada de lucros à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros.

Capítulo V

DA RETIRADA, DISSOLUÇÃO, FALÊNCIA OU MORTE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 12 – A Sociedade não se dissolverá por retirada, pela dissolução, falência, morte, interdição ou qualquer outra forma de incapacidade ou impedimento legal que imponha a exclusão de qualquer dos sócios.



CLÁUSULA 13 – Ocorrendo a retirada, a dissolução, falência, morte, interdição ou qualquer outra forma de incapacidade ou impedimento legal que imponha a exclusão de qualquer sócio, os seus haveres serão levantados através de balanço da data do evento, destinado a determinar o valor patrimonial de suas quotas.

Parágrafo Único - O pagamento desses haveres será feito ao sócio que se retira, aos sucessores, herdeiros ou ao representante legal daquele que faliu, em doze (12) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente, representadas por documentos legais, vencendo a primeira delas trinta (30) dias após o evento.

CLÁUSULA 14 – O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá comunicar este fato, por escrito, com uma antecedência mínima 60 (sessenta) dias.

Capítulo VI DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 15: Os sócios, representando a totalidade, ou seja, todo o Capital Social, poderão proceder a quaisquer alterações no presente Contrato, inclusive deliberar sobre a fusão, a incorporação e a cisão da Sociedade, bem como o aumento ou redução do Capital. Por outro lado, os sócios, representando a totalidade do Capital Social, poderão deliberar sobre a transformação da Sociedade em qualquer outro tipo societário.

CLÁUSULA 16: Se for deliberado o aumento do Capital Social, os quotistas terão preferência na aquisição das novas quotas do Capital, na proporção das que possuírem na ocasião. Será de 30 (trinta) dias o prazo para o exercício desse direito; não exercido o direito de preferência por um dos quotistas, o outro poderá subscrever a parte do Capital Social de quem tiver deixado de participar do aumento, sempre respeitados, em caso de concorrerem duas ou mais quotistas, o critério da proporcionalidade. Decorrido o prazo da preferência e assumida pelos Sócios ou por terceiros a totalidade do aumento, haverá reunião dos Sócios para que seja aprovada a modificação do presente Contrato.

CLÁUSULA 17: O ingresso na Sociedade de sucessores de um dos sócios, a qualquer título, exceto herdeiros, somente será admitido com a expressa concordância dos demais.

CLÁUSULA 18: Os sócios só poderão ceder ou transferir suas quotas para terceiro estranho à sociedade mediante o consentimento unânime dos demais e após atribuir as mesmas direito de preferência na aquisição das quotas, em igualdade de condições.

Parágrafo Primeiro: O sócio que desejar ceder e transferir suas quotas deverá manifestar sua intenção ao outro, por escrito, indicando nome e qualificação do interessado; preço, prazo e condições de pagamento; e todas as outras condições do negócio, ficando estatuído que o outro sócio, no prazo de trinta (30) dias, a contar do recebimento comprovado daquela comunicação, feita sempre por escrito, deverão informar se desejam ou não adquirir as quotas a que têm direito preferencial.

Parágrafo Segundo: Se mais de um sócio desejar adquiri-las, serão elas divididas entre os interessados, na proporção das quotas que cada um possuir no momento em que for manifestada pelo sócio a intenção de ceder suas quotas.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que, se um ou alguns quotistas não desejarem adquirir todas ou parte das quotas, na proporção a que têm direito, dentro do período de trinta (30) dias mencionados no Parágrafo Primeiro, os demais quotistas terão direito preferencial de adquirir as quotas não tomadas,



direito esse que deverá ser exercitado dentro de um período de trinta (30) dias, a contar do término do período de trinta (30) dias do referido Parágrafo Primeiro acima, estabelecendo-se que todas as comunicações deverão ser feitas por escrito.

Parágrafo Quarto - Se nenhum quotista ou quotistas expressarem sua intenção de adquirir todas ou parte das quotas oferecidas, dentro dos prazos estabelecidos nos Parágrafos Primeiro e Terceiro, o quotista que ofereceu suas quotas poderá cedê-las ao terceiro, de conformidade com a proposta inicial.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de um ou mais quotistas expressarem sua intenção de adquirir somente parte das quotas que lhes cabe adquirir, o sócio que as ofereceu terá inteira liberdade de recusar a proposta de aquisição parcial e terá, conseqüentemente, o direito de ceder ao terceiro todas as quotas oferecidas, de acordo com a proposta inicial.

CLÁUSULA 19: Entre os sócios as quotas são livremente transferíveis, observado o disposto no § 2º da Cláusula 18 acima e, seguindo-se, para tanto, o mesmo procedimento e prazos estabelecidos nos demais parágrafos da referida cláusula.

CLÁUSULA 20: O administrador da Sociedade, **ANDRÉ LUIS COUTINHO MORAES**, ao final assinado, declara expressamente, para os efeitos do disposto no § 1º do artigo 1.011 do Código Civil Brasileiro, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 21: Fica eleito o foro da cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, como o foro competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas da execução e/ou interpretação do presente contrato, obrigando-se a herdeiros pelo seu cumprimento.

E, por estar justo e contratado, o sócio e administrador assina este **INSTRUMENTO DA 2ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL** da sociedade empresária limitada denominada **ALC MORAES COMERCIAL LTDA**, impresso no anverso de cinco (5) folhas, incluindo esta de encerramento e assinaturas, tudo em 3 (três) vias de igual teor, para que produzam os seus devidos e legais efeitos.

Mogi Mirim, SP, 03 de Outubro de 2025.

SÓCIO:

Documento assinado digitalmente



ANDRÉ LUIS COUTINHO MORAES
Data: 03/10/2025 11:52:06-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ANDRÉ LUIS COUTINHO MORAES



Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 11/03/2026

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **18a9996e2e7daaf1ae36b7cb9629fe142d8bfe8d2c7f7c8a439b4813d0e8a153** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **299800** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**CONTRATO SOCIAL COM ALTERAÇÃO CONTRATUAL**", cujo assunto é descrito como "**CONTRATO SOCIAL COM ALTERAÇÃO CONTRATUAL**", faz prova de que em **11/12/2025 17:12:33**, o responsável **ALC Moraes Comercial Ltda (46.339.373/0001-92)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de ALC Moraes Comercial Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **11/12/2025 17:13:51** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x57c5ec09c33aa6c8e032a3c78cdd2bca9230c8e519fb6c5194750b14bbb80c87**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

